

11.2 — Entrevista profissional de selecção — a entrevista profissional de selecção visará avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos.

12 — A classificação final (CF) resultará da média das classificações obtidas em cada um dos métodos de selecção, expressa na escala de 0 a 20 valores e de acordo com a seguinte fórmula:

$$CF = \frac{(7AC) + (3EPS)}{10}$$

12.1 — Os critérios de apreciação e ponderação dos métodos de selecção, incluindo as respectivas fórmulas classificativas, constam de acta de reunião do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos, sempre que solicitada.

12.2 — Serão considerados não aprovados os candidatos que obtenham, na avaliação curricular ou na classificação final, menção quantitativa inferior a 9,5 valores.

12.3 — As listas dos candidatos admitidos e excluídos e de classificação final serão afixadas para consulta na Secretaria-Geral, na morada abaixo indicada, sem prejuízo dos demais meios de publicação aplicáveis, nos termos dos artigos 33.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

13 — Formalização das candidaturas:

13.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, redigido em papel branco, normalizado, nos termos do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de Abril, dirigido à secretária-geral do Ministério da Justiça, podendo ser entregue pessoalmente no serviço de expediente da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, sita na Rua do Ouro, 6, 1149-019 Lisboa, das 9 horas às 12 horas e 30 minutos e das 14 horas às 17 horas e 30 minutos, ou remetido pelo correio, registado com aviso de recepção, em envelope fechado, com a referência «Concurso interno de acesso geral, para a carreira técnica profissional — categoria de técnico profissional especialista, área funcional de edições», até ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas.

13.2 — No requerimento de admissão deverão constar obrigatoriamente os seguintes elementos:

- Identificação completa do concorrente (nome, filiação, número e validade do bilhete de identidade e serviço que o emitiu, número de identificação fiscal, residência, código postal e telefone para contacto);
- Habilitações literárias;
- Identificação do lugar a que se candidata, com indicação da referência à área funcional a que se candidata, ao número do aviso e ao número e à data do *Diário da República* ou número de registo na bolsa de emprego público em que o mesmo é publicado;
- Identificação da categoria detida e área funcional onde exerce funções;
- Identificação dos documentos que acompanham o requerimento de admissão ao concurso.

13.3 — O requerimento de admissão é obrigatoriamente acompanhado dos seguintes documentos:

- Curriculum vitae*, actualizado, datado e assinado, do qual constem a experiência profissional, com indicação das funções mais relevantes para o lugar a que se candidata e de quaisquer outros elementos que o candidato entenda indicar para a apreciação do seu mérito ou possam constituir motivo de preferência legal;
- Fotocópia do bilhete de identidade;
- Fotocópia simples de documento autêntico ou autenticado das habilitações literárias;
- Declaração, emitida pelo serviço ou organismo de origem, da qual constem, de forma inequívoca, a natureza do vínculo à função pública e a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública, expressa em anos, meses e dias;
- Declaração, emitida pelo serviço ou organismo de origem onde foram exercidas as funções, com descrição das tarefas e responsabilidades cometidas ao funcionário;
- Documentos comprovativos da formação profissional, com indicação da duração das acções de formação, bem como da entidade que as promoveu;
- Fotocópias completas das fichas de notação/avaliação de desempenho, reportadas aos últimos três anos de serviço classificados;
- Outros documentos comprovativos das situações invocadas pelos candidatos e susceptíveis de influírem na avaliação ou que constituam motivo de preferência legal.

13.4 — Os candidatos da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça estão dispensados da apresentação dos documentos referidos nas alíneas b), c), f) e g) do número anterior, desde que os mesmos se encontrem arquivados nos respectivos processos individuais e desse facto façam menção no próprio requerimento.

13.5 — O júri poderá exigir a qualquer candidato a apresentação de documentação comprovativa das suas declarações.

13.6 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

14 — O júri do concurso tem a seguinte composição:

Presidente — Licenciada Ana Filipa Cintra Reis, técnica superior de 2.ª classe.

Vogais efectivos:

- Ana Isabel Torres Maia Heitor, chefe de secção, que substitui o presidente nas suas faltas e impedimentos.
- Maria Assunção Caxias Silveiro Valente, técnica profissional especialista principal.

Vogais suplentes:

- Maria Manuela Martins Conceição, chefe de secção.
- Maria da Anunciação Rego M. A. P. Cracel, chefe de secção.

21 de Dezembro de 2005. — Pela Secretária-Geral, a Secretária-Geral-Adjunta, *Helena Borges*.

Centro de Estudos Judiciários

Despacho (extracto) n.º 749/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 28 de Dezembro de 2005, no exercício de competência delegada:

Ana Maria d'Ávila Martins Fonseca, assistente administrativa (escalação 3, índice 218), de nomeação definitiva, do quadro de pessoal do Centro de Estudos Judiciários — nomeada definitivamente, precedendo concurso, assistente administrativa principal do quadro de pessoal do Centro de Estudos Judiciários, escalação 2, índice 233, considerando-se exonerada do lugar que detinha a partir da data da aceitação do novo lugar.

Rosa Maria Patronilho Morais Silva, assistente administrativa (escalação 3, índice 218), do quadro de pessoal distrital de vinculação de Santarém do Centro de Área Educativa da Lezíria e Médio Tejo, afecta à Escola Básica 2.º e 3.º ciclos de Fazenda de Almeirim — nomeada definitivamente, precedendo concurso, assistente administrativa principal (escalação 2, índice 233) do quadro de pessoal do Centro de Estudos Judiciários, considerando-se exonerada do lugar que detinha a partir da data da aceitação do novo lugar.

Ermelinda Maria Manuela Duarte de Carvalho Vaz, assistente administrativa (escalação 4, índice 228), do quadro de vinculação do distrito de Lisboa, afecta à Escola EB 2, 3 de Vialonga — nomeada definitivamente, precedendo concurso, assistente administrativa principal (escalação 3, índice 244) do quadro de pessoal do Centro de Estudos Judiciários, considerando-se exonerada do lugar que detinha a partir da data da aceitação do novo lugar.

Estas nomeações têm confirmação orçamental por parte da 5.ª Delegação da Direcção-Geral do Orçamento. (Não carecem de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Dezembro de 2005. — O Director-Adjunto, *Duarte Fonseca*.

Direcção-Geral da Administração da Justiça

Despacho (extracto) n.º 750/2006 (2.ª série). — Por despacho de 20 de Dezembro de 2005 do subdirector-geral da Administração da Justiça, por delegação da directora-geral (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 120, de 24 de Junho de 2005):

Irene Maria Pereira da Conceição Azevedo, escritvã-adjunta do Tribunal da Comarca de Braga — autorizada a permuta para idêntico lugar do 2.º Juízo Cível do Porto.

Maria Antónia Curado Duarte Rodrigues Costa, escritvã-adjunta do 2.º Juízo Cível do Porto — autorizada a permuta para idêntico lugar do Tribunal da Comarca de Braga.

(Aceitação: 2 dias.)

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Dezembro de 2005. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida*.

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

Despacho n.º 751/2006 (2.ª série). — Por despacho de 22 de Dezembro de 2005 do director-geral:

Helena Maria Paulino Pereira, escriturária da conservatória dos registos centrais — prorrogada a requisição nos serviços centrais desta

Direcção-Geral, pelo período de um ano, com efeitos a contar de 1 de Fevereiro de 2006. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

23 de Dezembro de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Despacho n.º 752/2006 (2.ª série). — Por despacho do director-geral de 19 de Dezembro de 2005:

Alda Maria dos Santos da Silva, segunda-ajudante da Conservatória do Registo Predial de Mafra — autorizado o destacamento para exercer funções nos serviços centrais desta Direcção-Geral, pelo período de um ano, com efeitos a contar de 19 de Dezembro de 2005. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

23 de Dezembro de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Despacho n.º 753/2006 (2.ª série). — Por despachos do director-geral:

De 20 de Dezembro de 2005:

Licenciada Aurora da Conceição Reis Magno, conservadora dos Registos Civil e Predial e notária de Vila do Porto — nomeada para o lugar de conservadora do Registo Civil de Bombarral e exonerada à data da posse no novo lugar.

Licenciada Cláudia Crispim Santos, conservadora do Registo Predial de Moura, a exercer em regime de requisição nos serviços centrais desta Direcção-Geral — nomeada para o lugar de conservadora do Registo Predial de Abrantes e exonerada à data da posse no novo lugar.

Licenciada Dalila Maria de Almeida Gomes, conservadora dos Registos Civil e Predial da Batalha — nomeada para o lugar de conservadora do Registo Predial da Marinha Grande e exonerada à data da posse no novo lugar.

Licenciada Dulce Maria Lau Magalhães, conservadora dos Registos Civil e Predial de Vale de Cambra — nomeada para o lugar de conservadora do Registo Predial de Águeda e exonerada à data da posse no novo lugar.

Licenciada Maria Arminda Branco da Silva Soares Duarte, conservadora da 1.ª Conservatória do Registo Predial e Comercial de Santa Maria da Feira — nomeada para o lugar de conservadora do Registo Predial de Albergaria-a-Velha e exonerada à data da posse no novo lugar.

Licenciada Maria Manuela Coutinho Mendes Moreira, conservadora do Registo Predial de Nisa — nomeada para o lugar de conservadora do Registo Predial de Santa Comba Dão e exonerada à data da posse no novo lugar

De 21 de Dezembro de 2005:

Licenciada Irene Dulce Ventura Santa, conservadora dos Registos Civil e Predial de Alvaiázere — nomeada para o lugar de conservadora interina dos Registos Civil e Predial e notária de Penela.

Licenciado Pedro Miguel Pereira Pinto, adjunto da conservadora da 9.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa, a exercer funções nesta Direcção-Geral — nomeado para o lugar de conservador dos Registos Civil e Predial de Aljustrel.

De 22 de Dezembro de 2005:

Licenciada Ana Isabel de Aragão Marrecas Féria Melo Rosa, conservadora do Registos Civil de Tomar — nomeada para o lugar de conservadora interina do Registo Civil de Loulé.

Licenciada Ana Isabel Belo Nogueira de Almeida, adjunta do conservador dos Registos Comercial e Automóveis de Coimbra — nomeada para o lugar de conservadora dos Registos Civil e Predial e notária de Murça.

Licenciada Ana Martinha Alves Gonçalves Pereira, adjunta do notário de Monção, a exercer interinamente as funções de conservadora dos Registos Civil e Predial de Pinhel — nomeada para o lugar de conservadora interina dos Registos Civil e Predial e notária de Ribeira de Pena.

Licenciada Ana Paula Garrido de Oliveira, adjunta do conservador do Registo Civil de Almada — nomeada para o lugar de conservadora dos Registos Civil e Predial de São Brás de Alportel.

Licenciada Ana Sofia de Brito Costa Oliveira Santos, adjunta do conservador da 2.ª Conservatória do Registo Predial de Oeiras — nomeada para o lugar de conservadora dos Registos Civil e Predial e notária de Castelo de Vide.

Licenciada Anabela da Conceição da Silva Rocha Dias Fontes, adjunta do conservador da Conservatória do Registo Predial de Vila Real, a exercer interinamente as funções de conservadora dos Registos

Civil e Predial e notária de Boticas — nomeada para o lugar de conservadora dos Registos Civil e Predial de Miranda do Douro. Licenciada Carla Isabel Araújo Barbosa, adjunta do conservador do Registo Predial e Comercial de Barcelos — nomeada para o lugar de conservadora interina dos Registos Civil e Predial de Vendas Novas.

Licenciada Carla Susana da Silva e Costa, adjunta do notário do Cartório Notarial de Vale de Cambra — nomeada para o lugar de conservadora interina dos Registos Civil e Predial de Alcochete.

Licenciada Emília de Fátima Ferreira Rocha Ramos de Paiva, adjunta do conservador da 1.ª Conservatória do Registo Predial do Porto — nomeada para o lugar de conservadora dos Registos Civil e Predial e notária de Mourão.

Licenciada Fernanda Maria Magalhães Vaz de Moura, adjunta do conservador do Registo Predial de Matosinhos — nomeada para o lugar de conservadora dos Registos Civil e Predial e notária de Ferreira do Zêzere.

Licenciada Ilda Pereira Marques, adjunta do conservador da 1.ª Conservatória do Registo Predial e Comercial de Viseu — nomeada para o lugar de conservadora dos Registos Civil e Predial e notária de Viana do Alentejo.

Licenciada Isabel Maria Brochado de Moraes, conservadora dos Registos Civil e Predial de Lagoa, Açores — nomeada para o lugar de conservadora interina dos Registos Civil e Predial de Arruda dos Vinhos.

Licenciada Lúcia Adelaide Araújo Oliva Teles, conservadora dos Registos Civil e Predial e notária de Sernancelhe — nomeada para o lugar de conservadora dos Registos Civil e Predial de Moimenta da Beira e exonerada à data da posse no novo lugar.

Licenciada Marta Maria dos Santos Mota da Silva, adjunta do conservador da 2.ª Conservatória do Registo Predial de Braga — nomeada para o lugar de conservadora interina dos Registos Civil e Predial e notária de Alvito.

Licenciado Mário Mateus de Carvalho, conservador dos Registos Civil e Predial e notário de Alcoutim — nomeado para o lugar de conservador interino do Registo Predial de Tavira.

(Não carecem de visto do Tribunal de Contas.)

27 de Dezembro de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

ICEP Portugal, I. P.

Deliberação n.º 55/2006. — Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, prevê no seu artigo 2.º, n.º 4, conjugado com os artigos 20.º e 21.º, que o recrutamento dos titulares dos cargos de direcção intermédia é efectuado por escolha de entre funcionários dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo, adequadas ao exercício das respectivas funções;

Considerando que José Eduardo Areias Meira da Cunha corresponde ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos e que a mesma detém as características especificamente adequadas ao exercício do cargo de director da Unidade de Revista:

Determina-se o seguinte, ao abrigo das disposições conjugadas nos artigos 20.º e 21.º, n.º 8, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi imprimida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto:

1 — É nomeado director da Unidade de Revista José Eduardo Areias Meira da Cunha.

2 — O presente despacho produz efeitos à data do despacho de nomeação. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

13 de Dezembro de 2005. — O Presidente, *João Marques da Cruz*.

ANEXO

Sinopse curricular

Nome completo: José Eduardo Areias Meira da Cunha.

Data de nascimento: 5 de Setembro de 1947.

Morada: Rua de Margarida Palla, 1495-143 Algés, Miraflores.

Formação académica: Escola Superior de Meios de Comunicação Social (1972).

Actividade profissional:

Técnico superior do ICEP Portugal, I. P.;
Editor da revista *Informar Portugal*;